

Quarta-Feira, 26 de Agosto de 2026

Polícia Civil deflagra operação contra desvio milionário em instituto rural de Mato Grosso

PC apura irregularidades financeiras no IMAFIR-MT e investiga ex-presidente e ex-diretor por crimes como estelionato e furto

A Polícia Civil executou nesta terça-feira (24) a Operação Mandato Espúrio, voltada para a investigação de supostas irregularidades nas movimentações financeiras do Instituto Mato-Grossense de Feijão, Pulses, Colheitas Especiais e Irrigação (IMAFIR-MT). A ação tem como alvo um ex-presidente e um ex-diretor da entidade, acusados de furto qualificado, estelionato e falsidade ideológica.

Durante a operação, foram executados dois mandados de busca e apreensão, um de natureza pessoal e outro domiciliar, ambos cumpridos em Cuiabá. A autoridade judiciária determinou ainda o congelamento de contas bancárias e a suspensão dos acessos dos investigados aos sistemas financeiros do IMAFIR-MT, que funciona como vítima e participa ativamente das investigações.

As decisões judiciais foram proferidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias – Polo Cuiabá, fundamentadas nas investigações realizadas pela Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (Derf) da Capital.

Conforme apurado, as suspeitas giram em torno da gestão do instituto durante período de conflito interno e questionamentos sobre a legitimidade de representação da instituição.

A investigação apontou que um ex-dirigente teria realizado movimentações de recursos mesmo após a homologação de um acordo judicial e uma sentença que o proibiam de reassumir o comando presidencial e de atuar em nome da entidade.

A apuração indicou alterações estatutárias, disputas administrativas, acordos judicialmente validados e restrições posteriores impostas aos envolvidos. Apesar dessa conjuntura, teriam ocorrido transferências patrimoniais significativas destinadas a pessoas físicas e empresas associadas à administração do período analisado.

Segundo a Derf, o montante investigado relacionado às transações suspeitas ultrapassa R\$ 1 milhão.

Um dos repasses, no valor aproximado de R\$ 774 mil, teria sido direcionado para uma conta pessoal e uma pessoa jurídica vinculadas ao então diretor executivo da instituição. Outro movimento, envolvendo R\$ 270 mil, teria como destinatário um consultório jurídico.

Bloqueio de acessos e contas bancárias

Além das buscas domiciliares e pessoais, o poder judiciário determinou ações para obstruir que os acusados continuassem com movimentação de recursos da instituição.

A sentença judicial determinou a desativação e suspensão de acessos, credenciais digitais, tokens, certificados criptográficos, assinaturas digitais e demais instrumentos aplicados para gerir as contas do IMAFIR-MT, abrangendo a denominada Chave J.

Com essas providências, os investigados ficarão impedidos de proceder ou validar pagamentos, transferências via Pix, investimentos, saques e outras transações financeiras sob responsabilidade do instituto.

Perícia de documentos e equipamentos

A ação também visa recolher documentação, notebooks, telefones celulares e documentação contábil que esclareçam como os processos de contratação transcorreram, quem aprovou os movimentos financeiros e para onde foram direcionados os recursos.

Toda documentação apreendida será submetida a análise e perícia pela instituição policial. Os resultados obtidos fundamentarão o avanço das investigações e poderão auxiliar na conclusão do inquérito e possível formalização das acusações.

As investigações continuam em andamento e os acusados terão pleno direito de apresentar defesa e contestar as acusações.